

Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento
Humano do Estado do Mato Grosso

SMASDH-CUIABÁ

Especialista em Desenvolvimento Social: Perfil Assistente Social

JL067-N9

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano do Estado do Mato Grosso - SMASDH

Especialista em Desenvolvimento Social: Perfil Assistente Social

Edital de Concurso Público Nº001/2019/SMASDH

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Legislação Básica - Profº Ricardo Razaboni

História e Geografia de Mato Grosso - Profº Heitor Ferreira

Conhecimentos Específicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Leandro Filho

Christine Liber

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

Renato Vilela

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.....	01
Significação contextual de palavras e expressões.....	19
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	23
Emprego de tempos e modos verbais.....	31
Pontuação.....	31
Estrutura e formação de palavras.....	34
Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	36
Concordância nominal e verbal.....	75
Regência nominal e verbal.....	81
Ortografia oficial, acentuação gráfica (Novo Acordo Ortográfico).....	86

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as Proteções Afiançadas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade).....	01
Lei 12.435, de 06/07/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	23
Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	27
Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso.....	29
Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	47
Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	48
Decreto/2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	57
SINASE Lei n. 12594/2012.....	59
Lei Nº 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente.....	73
Lei Orgânica do Município de Cuiabá de 15 de dezembro de 2004 e posteriores alterações.....	76
Lei Complementar nº 093 de 23 de junho de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Cuiabá.....	103

SUMÁRIO

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

História de Mato Grosso:

Período Colonial Os bandeirantes: escravidão indígena e exploração do ouro;.....	01
A fundação de Cuiabá: Tensões políticas entre os fundadores e a administração colonial;.....	01
A escravidão negra em Mato Grosso. Os tratados de fronteira entre Portugal e Espanha.....	01
Período Imperial A crise da mineração e as alternativas econômicas da Província.....	09
Período Republicano O coronelismo em Mato Grosso.....	15
Economia de Mato Grosso na Primeira República: usinas de açúcar e criação de gado.....	15
Política fundiária e as tensões sociais no campo.....	15
Desmembramento do estado em MT e MS, ocorrido em 1977.....	15
Criação e desmembramentos de municípios de Mato Grosso.....	15

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Trabalho e Serviço Social.....	01
Planejamento e Serviço Social.....	23
O código de ética profissional do assistente social.....	32
Instituições Públicas e Políticas Públicas.....	37
Relação Estado/Sociedade.....	52
Pobreza e desigualdade social no Brasil.....	58
Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação.....	67
Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais.....	67
Pesquisa em Serviço Social.....	75
Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, questões sociais urbanas e rurais.....	86
Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar.....	106
Controle social.....	111

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: PERFIL ASSISTENTE SOCIAL

Trabalho e Serviço Social.....	01
Planejamento e Serviço Social.....	23
O código de ética profissional do assistente social.....	32
Instituições Públicas e Políticas Públicas.....	37
Relação Estado/Sociedade.....	52
Pobreza e desigualdade social no Brasil.....	58
Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação.....	67
Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais.....	67
Pesquisa em Serviço Social.....	75
Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, questões sociais urbanas e rurais.....	86
Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar.....	106
Controle social.....	111

O MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.

Decorrencia da Crise de Acumulação



#FicaDica

No período do pós-Segunda Guerra Mundial até final dos anos 1960 eram notáveis os índices de crescimento econômico e as taxas de lucro obtidas pelos proprietários de capital. Foi um momento em que se combinou crescimento econômico com a conquista de direitos sociais (nos países desenvolvidos) através da implementação de políticas de bem-estar social, período em que a ação do Estado reduziu algumas incertezas que caracterizam a economia capitalista.

No princípio dos anos 70 do século XX, ocorre o esgotamento do ciclo de crescimento da economia capitalista denominado de “anos dourados”, quando houve uma crise de acumulação com um caráter universal em relação ao tipo de capital, isto é produtivo, financeiro ou comercial. O alcance da crise foi global e teve um período de duração relativamente extenso. Essa crise combinou a queda generalizada da taxa de lucro, com estagnação econômica, elevação generalizada dos preços e esgotamento das ferramentas tecnológicas da Segunda Revolução Industrial originando uma recessão. Esse conjunto de acontecimentos foi caracterizado pela literatura econômica como estagflação, e atingiu globalmente os países contribuindo para elevar a crise fiscal, agravada nos chamados “países dependentes” em razão do endividamento externo.

A partir dessa crise ressurgiu revigorado o debate teórico entre adeptos da política econômica keynesiana e os neoliberais em torno da forma de regulação das atividades econômicas, se a mesma deve ser realizada por intervenção estatal ou pelo livre jogo das forças de mercado. Esse debate histórico resultou vantajoso para os neoliberais, como indicam as políticas econômicas adotadas a partir dos governos: do Chile de Pinochet, da Inglaterra de Thatcher, dos Estados Unidos, de Reagan entre outros.

A partir de então, diversos governos, inclusive no Brasil, fazem uso de orientações de recorte neoliberal nas políticas econômicas (e sociais), com o objetivo de restabelecer as condições de acumulação do capital e consolidar o poder do capital em especial financeiro. Adota-se a chamada economia de mercado, restringe-se a ação do Estado, se promove à desregulamentação da economia, a privatização das empresas estatais e se adota políticas sociais focalizadas com base na meritocracia e nos mínimos sociais, enquanto ofensiva do capital para superar a crise.

A Ofensiva do Capital na Produção para Superar a Crise

A ofensiva efetuada para superar a crise teve como base a análise dos ideólogos neoliberais, como Friederick Von Hayek que considera que a raiz da crise é o modelo econômico pós-guerra em que o Estado limita a economia de mercado (negando a análise da crise estrutural). Para os neoliberais a crise localiza-se no excessivo poder dos sindicatos, e dos trabalhadores que através das reivindicações e conquistas de aumento de salário e conquista de direitos sociais fazendo com que o Estado aumentasse os “gastos sociais”.

Assim, para os neoliberais a superação da crise passa por medidas que impactam as conquistas dos trabalhadores como por exemplo a flexibilização do contrato de trabalho e a retirada dos direitos, entre os quais alguns presentes na legislação trabalhista. Bem como, realizam as privatizações das estatais e supressão da intervenção do Estado na economia, isto é redefinindo o seu papel. Ou seja, ocorreu um impulso na liberalização e abertura das economias via desregulamentação viabilizando a mundialização do capital, através da maior autonomia do capital para seu deslocamento facilitado pelas novas tecnologias.

Esse processo de liberalização econômica é conduzido na perspectiva de favorecer especialmente ao capital produtivo e financeiro oligopolista. Outro aspecto disso é a crescente financeirização da economia através da interpenetração e uso de sua lógica pelo capital industrial, comercial e agrícola na medida em que a valorização do capital deixa de ser maximizada principalmente pela produtividade do trabalho na busca de lucros e passa a ser do tipo ganhos através dos juros.

Ainda como parte desse contexto efetua-se transformações quanto à forma de organização do trabalho como evidencia o toyotismo que busca a subordinação formal intelectual do trabalho a lógica do capital através das alterações organizacionais sem, contudo romper com a racionalidade do taylorismo-fordismo. A adoção do toyotismo integra ao que se chama de complexo de reestruturação produtiva que é facilitado pelas Tecnologias da Terceira e Quarta onda de transformações produtiva⁶, e refletem a busca do capital em elevar a taxa de lucro através do aumento da produtividade, da intensificação e elevação da extração da mais valia em meio à mundialização do capital. Afinal as transformações permanentes são indispensáveis ao processo de valorização e acumulação de capital materializadas em mecanismos como, por exemplo: a extensão da duração do trabalho através da ampliação da jornada de trabalho; o aumento da intensidade do ritmo de trabalho via tecnologias e processos de organização.

Em relação a isso, é oportuno destacar que as inovações do complexo de reestruturação produtiva requerem que o trabalhador tenha flexibilidade, ou seja, que seja polivalente e multifuncional capaz de operar simultaneamente várias máquinas e realizar diferentes atividades como produzir e efetuar controle de qualidade. Mas a flexibilidade também ocorre na produção cujas novas tecnologias permitem uma rápida reconfiguração das máquinas, adaptando a produção e serviços de acordo

com o mercado consumidor e a busca de inovação e criação de novas necessidades. Em síntese, as transformações em curso indicam que na atualidade vivencia-se a transição de um regime de “acumulação fordista” para o da “acumulação flexível”.

Quanto ao regime da “acumulação flexível” constata-se que a organização do trabalho do tipo toyotista tem instigado os trabalhadores a disponibilizar sua capacidade física e intelectual (menosprezando pelo taylorismo). A maneira que isto é evidenciado é a administração participativa (com base na prática do Kaizen, que significa melhoramento contínuo envolvendo todos). Contudo essa participação se limitada ao debate e sugestões para melhoria do ambiente de trabalho para aumentar o desempenho, a produtividade e qualidade da mercadoria ou serviços. Essa participação restrita requer dos trabalhadores o cumprimento de metas, as quais não participam da definição, enquanto necessidade de assegurar a competitividade, manter o emprego e obter ganhos de participação nos lucros.

O estímulo usado para promover o aumento de produtividade e disponibilização dos saberes são as compensações materiais e simbólicas para quem contribuir para melhorar a produção, o produto e reduzir custos. Aliado a isto, ocorre uma ofensiva ideológica a fim de obter o envolvimento dos trabalhadores a lógica do capital desde o processo seletivo, seguindo nos treinamentos, e nas reuniões. Contudo a busca da hegemonia, isto é cooptação (consentimento) não significa que se abdicou das relações de dominação, ou seja, de coerção como indicam os controles em relação ao cumprimento das metas, por exemplo. Nesse sentido nas relações capitalistas de trabalho coexistem relações de coerção e consentimento, sendo que esta última ganhou relevo na atualidade diante do seu impacto no aumento da produtividade.

Assim aspecto importante das inovações atuais na organização da força de trabalho consiste na atenção conferida à subjetividade do trabalhador, reconhecendo o seu saber buscando sua “captura” e simultaneamente obtenção de seu consentimento a fim de reduzir as resistências.

Em síntese, na medida em que o processo de trabalho capitalista objetiva conservar e elevar as taxas de lucro prescinde fragilizar a resistência da ação coletiva dos trabalhadores através da “captura” da sua subjetividade que no processo produtivo ocorre através da organização da produção de acordo com o toyotismo.

A Organização Toyotista da Produção

A organização toyotista de produção tem como principais traços: a produção vinculada à demanda, a fim de atender ao mercado consumidor mais individualizado; o trabalho concebido em equipe e com atuação multifuncional dos trabalhadores; a operação pelo trabalhador, simultaneamente, de várias máquinas; a adoção do princípio de *Just-in-Time*, visando ao melhor aproveitamento do tempo de produção; o funcionamento da produção segundo o sistema Kanban, cujas placas ou senhas de

comando determinam a reposição de peças e estoques administrando a produção; a estrutura organizacional horizontalizada, priorizando somente a produção do que é central para sua unidade produtiva terceirizando o restante; o estímulo à organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), para debater o trabalho e o desempenho, com a finalidade de melhorar a produtividade; a adoção do “emprego vitalício” (no Japão) para uma parcela de trabalhadores.

O toyotismo faz uso da mobilização das capacidades físicas e intelectuais dos trabalhadores, desta maneira distinguindo-se do taylorismo-fordismo. Nesse sentido a busca do envolvimento dos trabalhadores à lógica do capital é parte constitutiva fundamental do toyotismo, pois sem a qual compromete os princípios da autonomia/autoativação e do *Just-in-Time*. Quanto aos princípios da autonomia/autoativação, o primeiro diz respeito a dotar as máquinas automáticas de mecanismos de parada em caso de algum defeito, contribuindo com a “auto avaliação” (verificar a qualidade) na execução do trabalho, para evitar retrabalho devido defeitos. Assim, a autonomia/autoativação atribui ao operário a responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de produção, passando os mesmos a desempenhar as funções de operadores diretos, fazer o diagnóstico, o reparo, a manutenção e o controle de qualidade, isto é tornando o trabalho multifuncional.

Nesse sentido a base técnica associada à organização do trabalho permite exigir dos assalariados não apenas a vigilância, mas o controle sobre sua atividade, e também que efetuem a prevenção de avarias, na busca da qualidade total (em meio a redução do tempo de duração das mercadorias). Diante dessa realidade, ocorrem a intensificação do ritmo e uma necessidade de maior subordinação do trabalhador ao processo de produção, alterando-o qualitativamente (novas habilidades e competências são requeridas diante das novas tecnologias). Assim as inovações (tecnológicas e organizacionais) no mundo do trabalho efetuem o domínio do tempo humano mobilizando as capacidades dos trabalhadores para a produção de bens de consumo e execução de serviços viabilizando a exploração.

Evidentemente que aliado a isto, as novas tecnologias de base técnica informacional potencializam um controle mais objetivo do trabalho, inclusive o efetuado a distância, pois conseguem integrar diferentes organizações com suas unidades localizadas em distintos espaços, e em “tempo real”. Em suma, essas tecnologias contribuem para alterar a noção espaço (do nacional para mundial), pois as máquinas informacionais permitem interação “*intrafirma e interfirmas*” localizadas em diferentes países. Mas, também modificam a noção de tempo uma vez que “não há longo prazo” diante das constantes inovações, das “incertezas”, e do desejo da rápida valorização do capital.

Atualmente a organização da economia adquire a dimensão de resultados de curto prazo, sendo uma das materializações disso na produção o princípio do *Just-in-Time*, que significa a eliminação dos estoques a partir do uso de tecnologia de informação que possibilita o mapeamento dos insumos, da produção e das vendas na

perspectiva da lógica da economia de custos. Para administrar o Just-in-time adota-se o sistema Kanban, a fim de enfrentar o desafio de aumentar a produção sem crescer o contingente de trabalhadores, através de dispositivos organizacionais de controle do processo de fabricação. Com ele, passa-se a “administrar pelos olhos”, visando dar visibilidade aos “excessos gordurosos”, isto é, tudo o que pode ser dispensado, melhorando o aproveitamento do tempo de produção e permitindo um controle maior do capital.

O princípio do Just-in-time encontra-se em consonância com a perspectiva de economia de curto prazo e a estrutura técnico-organizacional adotada pela “empresa enxuta”, isto é, a descentralização produtiva por meio da terceirização das etapas acessórias da produção e de serviços, para que haja a concentração da atividade naquilo em que a empresa possui vantagens competitivas.

Com a terceirização, eliminam-se os estoques de matérias primas e de produtos e promove-se maior integração do processo produtivo a partir da gestão de fluxos de materiais e de informações possibilitados pelas novas tecnologias. A lógica disso é a racionalização da produção e dos serviços com diminuição dos custos proporcionada pela redução do estoque e pela economia de espaço, além da simplificação dos fluxos de informação e da flexibilidade conferida à produção e serviços diante das constantes inovações.

Vive-se a chamada era da “empresa enxuta” que fez proliferar o processo de uso de relações de terceirização na qual a rentabilidade não se limita à produção e à comercialização de mercadorias, mas amplia-se para as relações entre empresas. Essas relações permitem ao terceirizador apropriar-se de parte da mais-valia produzida pelos terceirizados situados em diferentes localidades do mundo, especialmente onde o custo de produção é reduzido e com relações precárias de trabalho diante da diminuição do custo dos transportes. Mas, paradoxalmente a era da “empresa enxuta” com suas terceirizações é também a era de acentuado processo de concentração e centralização de capital enquanto processo mais geral do capital. Contribuí para esse processo paradoxal de terceirizações em meio a concentração e centralização de capital enquanto processo inerente ao capitalismo a possibilidade de deslocamentos do capital.

Esse deslocamento do capital por sua vez permite pressionar os trabalhadores para aceitarem a degradação das relações salariais, reduzirem os direitos trabalhistas e precarizar os contratos de trabalho já que o capital se instala ou adquire mercadorias onde é mais vantajoso ao processo de sua valorização. Nesse processo de deslocamento de capitais também se mantém e aprofunda-se o desenvolvimento assimétrico e desigual entre países. O capital situado nos países desenvolvidos continua proprietário do know-how, da tecnologia, dos serviços financeiros e do design dos produtos, enquanto que o capital dos demais países permanecem como montadores de produtos industriais e fornecedores de produtos primários. Em síntese pode-se afirmar que o processo de reestruturação produtiva em meio à mundialização do

capital preserva o enrijecimento da hierarquia econômica internacional, amplia as desigualdades sociais, fragiliza as lutas por direitos dos trabalhadores, acentua a precarização das relações de trabalho inclusive nas nações desenvolvidas.

Em suma, de maneira sintética pode-se afirmar que a organização toyotista do trabalho contribui para precarizar os contratos de trabalho, elevar a taxa de mais-valia, envolver física e/ou intelectualmente os trabalhadores, intensificar o ritmo de trabalho e efetuar maior controle do trabalho. Assim essa organização do trabalho associada às novas tecnologias contribui para a expansão das terceirizações, flexibilização da produção, concentração das decisões sem centralização, e deslocamento de capital diante da mundialização dos mercados impactando no trabalho e nos trabalhadores.

Os Impactos da Reestruturação Produtiva no Trabalho

A organização toyotista da produção sugere uma produção flexível que requer uma organização flexível do trabalho (exigindo uma força de trabalho polivalente, multifuncional e com alguns trabalhadores qualificados, além da capacidade de operar em equipe), bem como flexibilidade de contratação (contrato de trabalho parcial ou temporário). Esses aspectos da organização flexível do trabalho toyotista contribuem para evidenciar uma crescente heterogeneidade e complexificação na morfologia da classe trabalhadora. Tem-se assim: os trabalhadores com relações de contrato de tempo integral de trabalho e os com contratos de tempo parcial; existem os trabalhadores com empregos e os desempregados; aqueles que executam atividades qualificadas e os que trabalham em atividades pouco qualificadas e/ou desqualificadas; persistem as diferenças entre a remuneração, tipo de contrato e os trabalhos executados pelos homens e pelas mulheres (divisão sexual do trabalho).

Mais especificamente, quanto os trabalhadores do segmento mais qualificado e intelectualizado que atuam junto às tecnologias mais avançadas, desempenhando um papel central na criação de valor de troca, os mesmos são objeto de intenso processo de busca de manipulação pelo capital. Sendo que a busca da subsunção desses trabalhadores inicia-se no processo de seleção e contratação, posteriormente persiste através dos treinamentos e qualificações técnicas e políticas a que são submetidos constantemente.

Contudo, mesmo os trabalhadores qualificados têm estabilidade no emprego apenas relativa, pois há uma flexibilização do mercado de trabalho, diante das permanentes mudanças e a permanência do trabalhador por um período longo em um mesmo emprego estar relacionada com o custo dessa mão de obra. Além disso, diante da necessidade de constantes inovações, a “capacitação” deixa de ser uma mercadoria durável e o retreinamento pode ser considerado oneroso diante da disponibilidade no mercado de trabalho de força de trabalho com as exigências requeridas. Diante do custo advindo de contratos de trabalho com longo prazo e da necessidade de retreinamento o capitalista opta por contratar pessoas

mais jovens, com salário menor e que causem “menos problemas”, pois os mais velhos tendem a dar vazão à insatisfação. Tudo isso, em meio a demanda que os trabalhadores tenham agilidade, criatividade e que estejam abertos a mudanças de curto prazo, que assumam riscos continuamente, que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.

A “cultura do novo capitalismo” estimula a histórica concorrência entre os trabalhadores e entre as empresas, reforçando a disputa contra os “outros”, enquanto parte da moderna ética do trabalho concentrada no trabalho em equipe. O trabalho em equipe fragmenta e contribui para romper com a noção de classe na medida em que estimula a disputa contra outra equipe. Contudo é oportuno ressaltar que essas mutações em processo convivem com sistemas de organização e tecnologias da Segunda onda de Transformações Produtivas em uma espécie de coexistência entre os “Jetsons e os Flintstones”. Cria-se uma realidade em que ocorre uma acentuada heterogeneidade no que se refere às condições, às situações e à morfologia da classe dos trabalhadores, acentuando a fragmentação sócio histórica estrutural.

Diante da fragmentação da classe dos trabalhadores e da hegemonia das ideias vinculadas à lógica do capital no trabalho e na sociedade, acentua-se a dificuldade da construção de uma identidade coletiva na perspectiva de promover ações sindicais de resistência de forma classista em defesa dos direitos. A disputa de ideias entre os interesses do capital e do trabalho, associada à crescente fragmentação objetiva da classe dos trabalhadores, fragiliza a percepção da identidade de classes diante da lógica do trabalho em equipe. O reflexo disso é a dificuldade de os trabalhadores se reconhecerem enquanto classe em sua 15 trajetória de “classe para si” em sua subjetividade, consciência, organização e ação coletiva de resistência para garantir a manutenção ou conquista de direitos.

Ainda como se isso não bastasse, como parte do processo manipulatório é estimulado o consumo especialmente de marcas, efetuado uma fetichização da mercadoria e promovendo a mercantilização das relações sociais em que se considera que tudo se vende e compra. Busca tornar padrão o modo de vida na qual os sonhos, os projetos e os prazeres estão associados à aquisição de mercadorias, em detrimento desse fundarem-se em valores como solidariedade, igualdade e justiça social.

Na medida em que boa parte das energias físicas e mentais são canalizadas para a obtenção dos recursos para o pagamento das mercadorias, muitas vezes, comprometem o tempo necessário para o convívio social, a participação política, o lazer e a cultura. Diante da busca da aquisição e/ou manutenção de mercadorias e serviços ocorre uma pressão sobre os trabalhadores preservar o emprego enquanto fonte de renda, dessa forma contribuindo para sua submissão às determinações e condições impostas pela lógica da valorização do capital. Acabam por sujeitar-se às condições e contratos de trabalho, às metas de produção ou serviços cada vez maiores, à intensificação do ritmo de trabalho, à extensão da sua jornada de trabalho para casa, à busca permanente de atividades de qualificação e retreinamento para além da

jornada de trabalho. Fatos esses que reduzem objetivamente o tempo livre para o desenvolvimento humano e de inserção nas atividades coletivas vinculadas a “classe em si” em sua trajetória de “classe para si”.

Fonte: WÜNSCH, P. R.; MINCATO, R. e REIS, C. N.

O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO E O PROCESSO DE ASSALARIAMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL



#FicaDica

Nas últimas três décadas presenciou-se um significativo avanço do Serviço Social brasileiro, de adensamento e renovação teórico-metodológica e ético-política, qualificação da sua produção científica, bem como o fortalecimento de entidades científicas e de representação política.

É na década de 1980 que se identifica importante inflexão na interpretação teórica da profissão, com a contribuição de Yamamoto e Carvalho, que nos brindam, a partir do contributo da teoria social de Marx, com uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado.

É amplamente conhecido o impacto dessa contribuição para a ruptura da profissão com o legado conservador de sua origem, a partir da qual a análise do significado social da profissão ganha novos patamares, por meio da ampla interlocução com a teoria social crítica e o pensamento social clássico e contemporâneo.

Contudo, e as recentes produções de Yamamoto chamam a atenção para isso, não derivamos dessa análise todas as consequências teóricas e políticas mais profundas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas, resultante do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo monopolista.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social.

O Serviço Social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do